
A prática da leitura: a história da leitura e comunicação na interface com a formação de leitores no Brasil entre 1964 e 1985 ¹

Fábio Ronne de Santana Lima²
Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, BA

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de fazer um recorte temporal da Ditadura Militar com exploração inicial acerca da comunicação, formação de leitores e desenvolvimento pedagógico sob a visão de profissionais da educação que vivenciaram e/ou sofreram fortes influências do Regime em Petrolina/PE. Foram desenvolvidas as análises dos dados, baseando-se nas condições históricas e teorias apresentadas e visão dos sujeitos pesquisados. Para isso utilizou-se o aporte teórico de Ezequiel Theodoro da Silva (1991 e 1998), José Juvêncio Barbosa (1990), Regina Zilberman (1988), Marisa Lajolo (1987) e outros. Os resultados sinalizados apontam que a formação e comunicação do leitor no período em questão foi influenciada e drasticamente reduzida pelo Regime, mesmo sendo um região interiorana.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura; Formação de Leitores; Comunicação; Ditadura Militar; Liberdade de expressão

INTRODUÇÃO

Este artigo traz como tema e eixo de discussão a comunicação e formação de leitores críticos na região de Petrolina/PE, no período da Ditadura Militar, sob relatos de professores que vivenciaram o período acima e/ou seus impactos. Com foco em professores, percebe-se com sensibilidade pedagógica, crítica e autenticidade os pontos fortes do desenrolar da leitura neste período.

Ressalta-se que a finalidade da pesquisa foi perceber a comunicação e formação de leitores e a evolução da leitura neste período em que a imprensa e literatura foram tecnicamente interpretativas e descontextualizadas, por interdição, tendo então a necessidade de entender como se desenvolveu o processo de formação leitora nesta região e como se mantinham os discursos pedagógicos no ensino, já que

¹Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Educação do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

² Mestrando em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduado em Licenciatura em Língua Portuguesa e suas Literaturas (UPE). E-mail: fabioronne@hotmail.com

havia um filtro do que viesse a ser publicado ou discursado e que a ideologia do governo ditatorial alcançava, inclusive, o ambiente escolar, sobretudo acadêmico.

Vários temas durante a Ditadura Militar foram restringidos a serem expressos em qualquer veículo de comunicação. Autores que ousavam expor suas ideias opostas aos que governavam (tanto politicamente, quanto religiosamente) já sabiam que a repressão e a censura seriam obstáculos e, mesmo sendo alvos da Ditadura, estratégias foram tomadas para nada deixar de ser dito.

Contextualização histórica: a Ditadura Militar no Brasil

No Brasil, na década de 1970, ocorriam interferências políticas, principalmente no que tange à liberdade de expressão. A imprensa sofria reduções em seus conteúdos e o convívio político em si perdurava com rigidez à censura. Período conturbado e de jogadas políticas buscavam um ideal democrático para tentar sanar as falhas no País, conforme explica cita Garcia (1999, p.156):

Entre 1946 e 1964, a sociedade brasileira viveu em período de intensa política, que, sobe a égide da Constituição, representava a procura de soluções democráticas para os problemas do País e também assinalava as profundas contradições que caracterizavam o processo de organização da Nação.

A história da Ditadura Militar no Brasil iniciou-se com o Golpe de 1964 e segue até 1985. Ainda hoje causa espanto quando os fatos da época são retomados, conforme afirma Garcia (1999) em seus estudos históricos sobre as sociedades contemporâneas. O clima instaurado não vigorava apenas nas capitais, mas também no interior, assim a Escola Superior de Guerra começa a oferecer cursos aos militares para garantir a presença militar dentro do Estado.

A repressão política através da espionagem na vida de todos os cidadãos veio através do Serviço Nacional de Informação, no qual espões manifestam-se secretamente em escolas, em universidades, em espaços públicos, redações de jornais e quaisquer outros meios de divulgação de opinião, crescendo, assim, a forma de repressão e permanência da Ditadura Militar.

O militarismo do General Castello Branco instaura as repressões e perseguições, características deste Regime.

A censura andou pelos quatro cantos como uma bruxa malvada – livros, filmes, músicas, peças de teatro... muita coisa foi embora. E muitos de seus criadores também. Alguns partiram para o exílio e não mais voltaram; outros se exilaram dentro de si mesmo, porque nunca mais criaram. Muitos morreram nas prisões. Um tempo duro, duríssimo! (GARCIA, 1999, p.156-157)

Nesta gestão, as revistas e cassações aos sindicatos, aos mandatos político, ao público intelectual da época e a censura à imprensa foram intensificadas e ainda implantados os chamados “AIs”, os Atos Institucionais, estes que eram verdadeiras ordens de cumprimentos e mais motivos de repressão e perseguição, reafirmando a Ditadura no país.

A imprensa no estímulo à leitura e à formação do leitor

Embora a representação e decodificação interpretativa inicial fosse prioritariamente ideográfica, considera-se tal ação como leitura, baseando-se no conceitos de que a leitura é o ato de conhecimento e o reconhecimento das mensagens que estão sendo transmitidas, assim como discorre Silva (1991)

O ato de ler é, fundamentalmente, um ato de conhecimento. E conhecer significa perceber mais contundentemente as forças e as relações existentes no mundo da natureza e no mundo dos homens, explicando-as. (SILVA, 1991, p.12)

Os registros escritos – falando-se de verbo – só vieram aparecer, segundo fatos, registrado em *volumens*, que eram rolos de papiro e com esta tecnologia desenvolveu-se o hábito da leitura de signos linguísticos:

Para ler, o leitor deveria segurar o *volumen* com as duas mãos, desenrolando-o com uma delas e enrolando-o com a outra, à medida que progredia na leitura. Desse modo, o *volumen* permitia apenas a leitura sucessiva e linear de trechos isolados da obra, impedindo a antecipação e dificultando as anotações do ato de ler. (BARBOSA, 1990, p.97)

Na Antiguidade, tudo o que se sabia era transmitido pela oratória, restringindo assim a leitura e escrita a poucos, logo, conclui-se que os leitores da época, antes de qualquer ação do aprendizado da leitura, eram ouvintes e receptores dela.

Sócrates, nada escreveu, o mesmo ocorrendo com Buda. Para Platão os livros eram esfinges que permaneciam mudas diante das perguntas humanas. O pensamento vivo nas mentes dos discípulos era a pretensão do filósofo

Pitágoras, que afirmava “a liberdade de continuarem pensando o pensamento inicial do mestre”. O diálogo, estratégia básica de transmissão e avanço do saber, era registrado posteriormente no escrito; mas as técnicas de notação manual dificultavam sua elaboração e propagação. (BARBOSA, 1990, p.97)

Na Idade Média, o poder de leitura era clerical e apontada como sagrada, segundo Barbosa (1990), e a Igreja Católica mantinha os ensinamentos aqueles que tinham a vocação para que eles pudessem ter acesso aos ensinamentos escritos para a sua formação religiosa, de certo modo como ponto de persuasão, uma vez que poucos tinham acesso à informação e uma possível interpretação. As crianças destinadas ao clero entravam na escola e começavam a decorar instruções e praticar da oralização:

Um ouvido mais atento poderia ouvir, ao entrar no *scriptorium*, um murmúrio constante nos lábios de cada escriba. Pois era assim que normalmente se copiava um texto a ser reproduzido: o manuscrito continha uma escrita que se dirigia aos ouvidos e não aos olhos. A oralização da escrita era a forma habitual de o leitor encontrar através do sinal gráfico, o significado da escrita. (BARBOSA, 1990, p.98)

Mesmo com poucos privilegiados, a concepção da leitura pelo homem foi um avanço no desenvolvimento intelectual e comunicativo trazendo mais prestígio social, levando o leitor ao conhecimento crítico e cultural.

Percebe-se que a leitura, segundo Chartier (1999), é gráfica e semiótica dirigida ao sentido interpretativo. Após a criação da imprensa mecânica no século XV, o livro deixa de ser objeto raro. Mas no século XVIII, com a Revolução Industrial, é que a população pode obter uma prática maior da leitura, mesmo que apenas com objetivo econômico.

As novas técnicas de reprodução e maiores tiragens de obras, a leitura tornou-se um meio de mercado e de mais acesso, conforme afirma Zilberman (1988, p.14):

Dispondo de novas técnicas de reprodução, as tipografias puderam aumentar a tiragem das obras; as livrarias, ver crescer o volume das vendas; os consumidores, presenciar o aparecimento e a consolidação de uma variedade notável de meios de comunicação por escrito. Esses se apresentavam sob diferentes formas, desde as já tradicionais, como o livro, até as, na época, mais avançadas, como o jornal, o cartaz e o folheto.

Entretanto, Lajolo (1987), explica a situação de sobreposição da leitura entre aqueles que têm mais acesso aos que têm menos, durante a propagação da leitura e do método de escrever. A autora chega a afirmar que a sociedade é dividida entre “cultos e incultos”, por causa do acesso ao livro e à leitura, conseqüentemente ao domínio da escrita, deixando clara a distinção social neste aspecto.

O leitor, a leitura e os seus significados

Considera-se que a leitura é uma ação cerebral de processamento de informações cognitivas e a influência cultural e histórica atuam na interpretação do texto lido e, por consequência, funcionam como forma de comunicação.

Uma vez que o texto é uma expressão da representação que um sujeito faz de determinado tema e tem, pela própria condição de interlocução, intenção de atuar sobre as representações dos leitores, sua forma de apresentação, escolha temática e estratégia argumentativa resultam sempre ser uma ação política. Britto(2003, p.84)

O ato de ler torna-se um ato de posicionamento político, pois é por meio da leitura que a consciência e a crítica vão sendo afloradas e destacadas. O entendimento da leitura como um produto faz com que as interpretações venham a calhar como ponto de opinião na sociedade, assim aqueles que leem constituem seu espaço político e crítico na sociedade, não sendo assim um indivíduo passivo aos discursos e emblemas linguísticos, mas discutindo-os, desta maneira arraigando um caráter independente e consciente. Ezequiel Teodoro, concordando com este posicionamento, também cita Britto (1999, p.07) quando diz que a

leitura é um posicionamento político diante do mundo. E quanto mais consciência o sujeito tiver deste processo, mais independente se a sua leitura, já que não tomará o que se afirma no texto que lê como verdade ou como criação original, mas sim como produto. A ignorância do caráter político do ato de ler, por sua vez, não anula seu componente político, porque este é constitutivo do processo, mas conduz à mistificação dos interesses e compromissos dos agentes produtores de textos.

A educação no Brasil durante a Ditadura Militar

O Estado Militar investiu na escolarização visando mão de obra qualificada que conseguisse alcançar os movimentos e evoluções industriais que estavam em pleno vapor. Logo ocorreram as reformas dentro da sociedade, que neste período tomaram destaque a Reforma do Ensino Superior e logo depois a Reforma do Ensino Primário, buscando evitar o início e as propagações das mobilizações contra o domínio militar. Assim, procurou-se promover a educação numa a visão capitalista, pois desta maneira o Brasil tornar-se-ia uma nação rica, forte e poderosa.

Dos ambientes de ensino, as universidades foram os que mais sofreram perseguição e censura, e a todo o momento era vigiada, com o intuito de expulsar aqueles que iam de encontro com o governo, como explica Garcia(1999, p.157):

A censura andou pelos quatro cantos, como uma bruxa malvada – livros, filmes, músicas, peças de teatro... muita coisa foi embora. E muitos de seus criadores também. Alguns partiram para o exílio e não mais voltavam; outros se exilaram dentro de si mesmos, porque nunca mais criaram. Muitos morreram nas prisões. Um tempo duro, duríssimo!

O militarismo tinha a preocupação de manter o total controle da política e da ideologia dentro destes ambientes, já que estes eram os lugares que se faziam pensar numa reflexão crítica, desta forma a população poderia montar mobilizações contra o governo. Contudo, apesar de todas as repressões, perseguições e torturas estes lugares foram onde se desenvolveram mais reflexões críticas e opostas ao regime militar. Silva (1998), citando Plínio Marcos diz que

a censura impede as artes brasileiras de discutirem a realidade nacional. Essa realidade nacional, deixando de ser discutida, não consegue responder às necessidades do povo e, portanto, ela não pode ter vida própria e acaba caindo nas mãos do paternalismo do governo. (SILVA, 1998, p.34)

Isso prova que o governo, as forças armadas tinham este medo, o medo de a realidade nacional ser discutida e o medo de responder ao povo por todas as atrocidades que vinham sendo cometidas, por estes motivos a censura vinha sendo aplicada.

O processo de repressão foi duramente aplicado. Os comandantes das forças armadas se mantinham sempre observando o comportamento dos professores e as condutas adotadas, sempre vigiando o aluno e punindo os revolucionários, principalmente durante o Golpe de 1964, ano que protagonizou a Reforma Universitária. Os professores ainda sofriam com a delação de alguns alunos que apoiavam, ou se diziam da mesma linha ideológica dos militares para que fossem poupados dos maus tratos e represálias militares.

Os educadores que manifestassem qualquer opinião contrária ao militarismo eram punidos sem piedade. Todo este processo de punição à classe dos professores dava-se por acreditar que este público seria mais vulnerável à mudança de ideologia, pois sempre estava em contato com os trabalhadores, que muitas vezes pertencia aos

sindicatos e muitos professores, intelectuais, estudantes e outros, tachados como subversivos, foram “desaparecendo” e exilados por causa de todo o processo de punição por ser de ideia contrária ao governo.

A metodologia da pesquisa

A pesquisa foi realizada na Universidade de Pernambuco no *Campi* de Petrolina/PE, com mais de 40 anos, e que hoje forma profissionais nas áreas das Ciências Humanas, Exatas e de Saúde.

Os sujeitos da pesquisa foram professores que viveram o período da Ditadura Militar e/ou sofreram influências do período, totalizando três educadores, os quais têm formação lato-sensu ou stricto-sensu na área educacional e defendem a ideia da formação leitora no Brasil, desta forma, aptos às críticas e observações acerca da comunicação, leitura e impactos no período ditador, tema em questão.

Foram utilizados questionários que foram entregues aos sujeitos com 11(onze) questões para respostas discursivas, questões estas que abordavam o universo da história, da comunicação, leitura e política da época em questão. Cada sujeito respondeu segundo seu o julgar, sendo ele possuidor de uma identidade leitora frequente e formadora de opinião.

Para análise dos instrumentos, adotou-se como estratégia de estudo a análise de conteúdo guiada por Bardin (2010). Essa técnica permitiu operacionalizar a triangulação dos dados deflagrados em toda composição do estudo (objeto de estudo, sujeitos pesquisados, pesquisador e referencial teórico). Isso possibilitou a organização por temas ou agrupamento temático em seções de análise.

Análise de dados

A leitura além de fornecer prazer a quem mergulha no conteúdo lido, além de fazer o leitor adentrar, de fato, na história, traz consigo em toda a sua carga, um poder de

liberdade, de leveza, de amplitude. Talvez, por esse motivo, os militares não apreciavam a construção do processo de leitura crítica nas escolas e universidades.

Todo o mecanismo utilizado para formação educacional era dosado e observado com a finalidade única de não ultrapassar as barreiras superlimitadas da Ditadura Militar. Todo esse ideal libertário e da conscientização do povo, a partir da leitura, vem epigrafiado por Silva (1991, p.11):

Para mim, a leitura não importa apenas em prazer – esse prazer tipo saborear uma torta de maçã ou fazer uma boa viagem; para mim, a leitura dá, fundamentalmente, o PRAZER LIBERTÁRIO. É lendo, até maus livros, que despertamos para as indagações sobre o MUNDO NOVO QUE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDO. (José Louzeiro – IV COLE)

A repressão ocorria com maior intensidade nas capitais até pela concentração maior de movimentos sociais de revolucionários, mas nos interiores dos estados, havia também o peso ditador na sua proporção, conforme citados pelos sujeitos da pesquisa, inclusive na camuflagem de sindicalistas pelegos e figuras infiltradas em movimentos sociais, participando ativamente em denúncias e golpes.

Todo o medo militar era na construção de cidadãos que pudessem invadir o espaço das rédeas ditatoriais e mantivessem a opinião oposta, assim gerando um movimento que se rebelasse ao governo que desencadeasse um não domínio do povo e a liberdade de expressão que provocasse um poder de criticidade ao militarismo.

As escolas sofriam com a restrição de assuntos que despertassem o poder crítico e opinativo dos alunos, principalmente se estas opiniões fossem sobre a situação política do Estado. Nestes casos, os professores eram vigiados e os alunos sempre observados em relação ao seu comportamento, para que não se tornassem subversivos ao Estado brasileiro. Até mesmo os materiais que instigassem qualquer pensamento rebelde foram retirados das mãos dos alunos, inclusive esta situação é descrita por um dos sujeitos da pesquisa.

Dentro das instituições foram criadas algumas disciplinas que vangloriavam o governo com finalidade de não transparecer a ideia das repressões ou das situações falhas em relação ao poder militar dentro do Brasil. Até o comportamento do aluno era controlado,

tanto é que a disciplina Educação Moral e Cívica vinha com o objetivo de preparar as crianças para uma atitude forçadamente militar e extremamente patriota.

A escola não tinha como se opor a situação, já que ela era totalmente subserviente as regras da Ditadura, mas isso não significa que todos que os que formavam a escola partilhavam do mesmo pensamento, no entanto a não expressão destes pensamentos era apenas uma forma de proteção para que a agressão, a tortura e as punições não chegassem até eles. Inclusive, em relato informal, um dos sujeitos da pesquisa exemplificou que teve que queimar, forçadamente, livros, cartas e notícias que mantinha.

Com base nas respostas emitidas comprovou-se que a situação era de passividade em relação às atitudes dos governos para com o povo brasileiro sobre ensino nas escolas. Todos os ensinamentos eram dosados e objetivo era criar um aluno pronto para o trabalho e não capaz de estabelecer uma discussão intelectual, assim fazendo um cidadão totalmente acrítico, já para que não houvesse nenhum risco de movimentos libertários ou que denotassem quaisquer sentidos de luta.

Durante o período, a formação dos leitores acontecia conforme a preparação/capacidade particular de cada um dos alunos. O que não poderia acontecer era a valorização da intencionalidade crítica e ser exercitada, a não ser que nestes casos o próprio defensor fosse à frente de sua opinião e se manifestasse claramente, por si só, da opinião, algo que a escola não poderia jamais fazer.

Sobre a comunicação de imprensa, um dos sujeitos da pesquisa afirmou que o ensino da Língua Portuguesa deveria ser feito em suas práticas normativas e que reportagens ou jornais nunca deveriam entrar em sala sem o crivo das diretorias de ensino, podendo apresentar teor subversivo e não havia o que se discutir dentro da disciplina, já que esta era totalmente estabelecida às regras de leitura e não às discussões interpretativas ou formas de análise do sujeito na sociedade.

Notou-se que não havia a proibição do ato de ler, apenas a restrição do quê poderia ser lido. Logo o ato de ler era possível, apenas não era cabível ler críticas. Tal ideia é complementada e confirmada por um dos sujeitos da pesquisa em seu relato.

Silva(1998) também condena esta situação de imposição a restrição de pensamento. Ele diz que a leitura, durante o regime autoritário, sofria restrições e que ainda hoje tem resquícios destas censuras e imposições:

Isto porque o regime autoritário, próprio do ciclo das ditaduras militares, tomou especial cuidado de fincar estacas ideológicas ao redor das escolas, bloqueando o questionamento e impondo – de cima para baixo, via tecnoburocracia – uma série de normas restritivas e limitantes para o encaminhamento do ensino. A leitura, vista aqui como uma parte fundamental do ensino, também sofreu (e ainda sofre) as consequências decorrentes das investidas autoritárias da censura. (SILVA, 1998, p.30)

Neste relato, é possível analisar que havia uma necessidade de expressão daqueles alunos que frequentavam o ambiente escolar, porém, por ser uma instituição totalmente cedente ao governo, não havia a possibilidade de soltura destes ideais.

Tão logo, se não existia o método escolar para expressão destes pensamentos, os alunos transmitiam seus pensamentos através de atitudes totalmente controversas ao Estado, que, claro, gerava uma punição pelo comportamento rebelde, tanto para o aluno, quanto para o professor ou aquele que ousasse compartilhar da mesma ideia.

Todo este processo de repressão dentro das escolas acabava influenciando no processo de evolução da leitura dos alunos. Não simplesmente o fato do não apoio da escola, enquanto instituição, aos alunos que ousavam criticar, mas do bloqueio que alguns professores instauravam neles, pelo próprio medo de represália militar.

Depois de tanto autoritarismo e totalitarismo, respirando o faça/não faça, o pode/não pode, o de-acordo-com-as-normas/em-desacordo-com-as-normas, o proibido/o permitido, o vale/não vale, e o certo/errado, estabelecidos arbitrariamente pelo regime opressor, passamos, consciente ou inconscientemente, a exercer o poder e o controle da censura sobre nós mesmos e/ou sobre as outras pessoas. Como professores e considerando a destinação de nossa ação pedagógica, reproduzimos o poder da censura e, por isso mesmo, restringimos a liberdade dos nossos alunos. (SILVA, 1998, p.31)

Essa afirmação faz valer muito mais quando pensamos nesta carga de censura que, até hoje, muitos professores aplicam sobre seus alunos. Talvez, daqui, é que venham muitos retrocessos ou estagnações no processo de leitura ou desenvolvimento escolar.

Os revoltados, subversivos e suas manifestações

A situação da Ditadura Militar foi intensamente trabalhada e aplicada a todos que se diziam contrário ao regime imposto, mas mesmo com todos os riscos e todas as punições que vinham acontecendo dentro do Brasil, não intimidavam algumas pessoas que não condiziam com a realidade: os subversivos e rebeldes.

Inteligentemente, alguns defensores do pensamento democrático traziam à tona a ideia libertária. Como parte da população não era escolarizada, ou alfabetizada, então os meios de protestos e revoltas aconteciam camuflados em textos, músicas e espetáculos teatrais, com duplo sentido.

O grande fato de tudo ser controlado limitava as pessoas alfabetizadas a uma leitura simples e sem muitos progressos. A imprensa também não livre e totalmente fiscalizada não cabia de nenhuma forma um pensamento livre sobre a situação do Estado. Logo, aqueles que necessitavam divulgar seus juízos, mantinham seus textos com autores em formato de pseudônimos, a mesma situação das músicas de protesto (pelas quais os pensamentos livres chegavam mais diretamente à grande massa, considerando a situação educacional), para evitar castigos por parte dos militares, assim conseguiam por mais tempo oportunidades de divulgar e fazer o povo pensar e criticar ao sistema político adotado.

Como não havia liberdade de expressão, a imprensa só publicava o que o governo autorizasse, afinal, não queria sofrer represálias pela opinião alheia expressa. Já que a imprensa não existia para forma de expressão crítica, então muitos que se sentiam presos criavam meios de exposição das suas opiniões.

Alguns artistas, hoje famosos, têm a Ditadura carregada na veia, como é o caso de Caetano Veloso e Chico Buarque de Holanda. Estes muitas vezes, hoje são trabalhados em sala de aula com o intuito de serem analisados do ponto de vista crítico e intertextual, tendo em vista a maneira que escreveram e sobrepondo a mensagem que seria aceita pelo público, nestes casos, o duplo sentido, no entanto que distribuição de

materiais desses escritores que exprimissem um posicionamento crítico-político era vetada, inclusive punição esta citada nas alíneas do Ato Institucional nº 5.

Os sujeitos desta pesquisa citaram o uso de canções que transmitiam um ideal libertário em suas aulas e que foram aos poucos sendo midiaticizadas, referindo-se à música “Cálice” de Chico Buarque, que transmite a mensagem de veto aos que não podiam falar ou expressar seus pensamentos revoltosos sobre a política atual, na época e outras músicas que transmitiam a força do exílio e tortura àqueles que transgrediam os ditames da época.

A comunicação em sala de aula era restrita e a comunicação da imprensa era mais ainda, entretanto ainda existiam, segundo depoimentos dos sujeitos, alguns veículos que de forma velada expunham algumas ideias, que logo que percebidas pela censura eram retiradas e proibidas esta manipulação se dava pela própria presença dos representantes militares em todas as esferas da sociedade, cuja finalidade era absorver o total controle das informações repassadas à população.

O que ler e o que não ler

Além da censura na imprensa quanto a produção e divulgação de escrito no período da ditadura instaurada, o SNI ainda resumia as obras que estavam espalhadas no Brasil. Silva(1998) traduz o que seria censura, a função e o que fato acontecia com os materiais censurados:

A censura funcionava como aparelho repressivo de Estado quando se apresenta sob a forma repressiva: quando a polícia apreende, quando a administração veta, quando o Conselho Superior da Censura estabelece leis e normas a seguir, fazendo com que livros, filmes, peças teatrais desapareçam de circulação. A censura funcionava como aparelho ideológico de Estado, quando age pela ideologia de modo prevalente (...). (SILVA, 1998, p. 31-32)

Um dos sujeitos da pesquisa mostra o medo e esta busca dos militares pelas obras bibliográficas que seriam de caráter comunista ou subversiva ao Estado para ter como finalidade a destruição definitiva destas obras que “causavam mal à população”. A partir de invasões às escolas e universidades, os militares dizimavam as obras críticas em verdadeiros holocaustos, assim provando que a “ordem” seria empregada. Autores como Vinícius de Moraes, João Cabral de Melo Neto, Karl Marx, Dostoiévsky, por exemplo, foram proibidos.

Ninguém podia ter em casa um texto crítico ou político que era obrigado a se desfazer. As obras liberadas para a leitura eram aquelas que passavam pelo crivo do Estado, que excluíam qualquer viés crítico, colocando determinado autor na “lista negra” de publicações caso não atendessem aos critérios impostos pelos estados.

Ainda tomando os conceitos de liberdade de expressão e ação libertadora, o fato desta grande retenção a obras, jornais, livros e mídia em geral, percebeu-se nos escritos dos entrevistados que a quantidade de analfabetos aumentava.

Todo tipo de obra literária que imprimisse qualquer teor crítico-político era de veiculação proibida. As leis manipuladas na época de forma a garantir uma punição aos que contraviessem às ordens militares, garantiam ainda mais o poder soberano do militarismo sobre o povo. Silva (1998, p.33) imprime em breve trecho o que era proibido:

Durante o ciclo das ditaduras militares, a censura federal impedia que determinados textos, principalmente os que discutiam e denunciavam os desmandos do poder, fossem veiculados pela imprensa. No lugar desses textos eram colocados poemas ou piadas (caricaturas) a fim de preencher as lacunas nas páginas dos jornais.

Durante o período do regime, a novela *Roque Santeiro*, do escritor Dias Gomes, que criticava o coronelismo e as prefeituras foi barrada, assim não sendo exibida na televisão, tendo assim que aguardar a “abertura” para que a população pudesse desfrutar do entretenimento. Como parte da população brasileira ainda pertencia ao analfabetismo, conforme cita um dos sujeitos da pesquisa, a população ficava mais vulnerável à não formação política e social por partes culturais escritas.

Considerações Finais

Durante todo o período da Ditadura Militar, os brasileiros tiveram seus direitos reduzidos à obediência. O livre pensamento foi dosado às regras de coronelismo governamental e subserviência de todos os cidadãos.

A situação política desastrosa já assolava quem ainda estava em processo de formação intelectual, processo este temido pelo Estado, já que a formação intelectual requeria leitura e a leitura é o abre-alas para uma liberdade e autoridade.

Dentro do regime ditatorial, muitos tiveram o direito de ir e vir cortados e isso reflete até hoje. Em tempo, vale salientar que um dos sujeitos pesquisados limitou-se de informações, pois ainda teme represálias do regime, inclusive relatou em finas linhas sobre a posse de uma obra que foi proibida e encontraram esta em sua na casa, que levou-o à tortura, e tudo isso porque não condiziam com as leis e ditames impostos pelos governos e forças militares. Aqueles que resolviam ir além e publicavam seus textos, obras ou sequer expunham suas opiniões sobre o governo sofriam mais repressão e até mesmo iam ao exílio.

Marcados pela invulnerabilidade intelectual e restrição à exposição dos pensamentos, ninguém ia à escola para discutir fatos, política ou qualquer assunto que ousasse transcender a básica interpretação de textos avulsos. Todos os alunos eram obrigados a resumirem-se a uma interpretação fechada.

A criticidade, os meios de comunicação e leitura foram calados. A exposição opinativa foi cremada em praça pública e todos os seus autores punidos. Como consequência desta restrição ao acesso à informação, o índice de analfabetismo no Brasil cresceu e, se já não existiam muitos avanços na leitura, com toda esta censura, o universo crítico, pensante, social, foi reduzido, assim formando cidadãos totalmente militaristas.

“Amor à Pátria” era o lema que circulava, os alunos eram formados para trabalho e nenhum conhecimento a mais era transmitido. Todo o conhecimento tecnicista deveria ser obrigatoriamente imposto, além da educação moral e civil, que foram instauradas para preparação dos novos cidadãos brasileiros.

Contudo, todo o processo de formação de leitores, a abrangência intelectual, o entendimento social que seria empregado, foi dizimado ao silêncio, à cegueira em relação aos textos. |As discussões e aos pensamentos foram controlados. O analfabetismo tomou conta do Brasil e a passividade acabou reinando, apesar dos movimentos contrários, poucos seguiam em frente com os ideais libertadores, afinal o “cálise-se de vinho tinto de sangue”, infelizmente, permaneceu muito tempo no poder e

muitos não detinham o conhecimento de leitura e nem poderiam tê-lo para avançar nos seus ideais, já que o Estado mantinha o controle sobre tudo.

Referências bibliográficas

BORGES; Nilson. **A Doutrina de segurança nacional e os governos militares**. In. O Brasil Republicano. pág 13-42. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira. 2007.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições70, 2010.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

_____. **Leitura e política**. Revista Leitura: Teoria e Prática, Porto Alegre, Mercado Aberto & ALB, n.33, p.7, jun., 1999.

CHARTIER, Roger. **Práticas da Leitura**. São Paulo, Estação Liberdade: 2001.

_____. **Leituras e leitores “populares” da Renascença ao período clássico**. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). História da leitura ocidental. São Paulo: Ática, 1999. v. 2, cap. 10, p. 117-134.

GARCIA, Ledonias F. **Estudos de História: sociedades contemporâneas**. 2 ed. Goiana: UFG, 1999.

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura**. 17ª ed. 2ª reim. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997.

MELANI, Maria Raquel. **História**. 7ª série. São Paulo: Moderna, 2006.

RÖSING, Tânia M. K. **Ler na escola: para ensinar literatura no 1º, 2º e 3º graus**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 3 ed. Campinas, SP. Papirus, 1991.

_____. **Elementos da pedagogia da leitura**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZILBERMAN, Regina. **A leitura e o ensino da leitura**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **Leitura: história e sociedade**. Série Idéias n.5. São Paulo. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_05_p013-017_c.pdf. Acessado em 15/01/2017.